



capes

COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

Conselho Deliberativo—Amadeu Cury (presidente), Celso Barroso Leite (diretor-executivo), Edrízio Barbosa Pinto (representante do Departamento de Assuntos Universitários), Eduardo Faraco, Élon Lages Lima (representante do Conselho Nacional de Pesquisas), Hélios Homero Bernardi, José Walter Bautista Vidal, Maria Aparecida Pourchet Campos, Mário Werneck de Alencar Lima, Orlando Magalhães Carvalho, Pedro Calheiros Bonfim (representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral), Vasco Mariz.

Missão
da
Universidade

Guilardo Martins Alves

A Universidade se converteu em uma das mais importantes instituições do mundo atual. Sua função é vital para criar e transmitir o conhecimento e solucionar os problemas da sociedade moderna. Este fato lhe confere um enorme poder, uma transcendente responsabilidade e um espírito crítico, para o qual devemos estar suficientemente preparados.

A Prof.^a Suzana Gonçalves, em recente trabalho, mostrou o grande papel que desempenha a instituição educacional no desenvolvimento dos povos. Diz que *"se o tipo de universidade existente em uma determinada região não corresponde às exigências do desenvolvimento acalentadas pela sociedade a que servir, é preciso transformá-lo."* Acrescenta que *"a grande revolução contemporânea é a revolução pela ciência. Assim sendo, as sociedades pré-científicas são destituídas de vigor e da capacidade de orientar o seu processo desenvolvimentista."*

Por sua vez, o Ministro João Paulo dos Reis Veloso, interpretando o pensamento do terceiro Governo da Revolução, afirma que *"para viabilizar o País, dependemos não apenas da área econômica, mas de toda a cultura nacional. Trata-se, no fundo, de construir a Sociedade Progressista em oposição à sociedade tradicional—de forma orgânica, aplicando o conhecimento à solução de problemas concretos, criando instituições econômicas e sociais que valori-*

zem o esforço e eficiência, expandindo, em ritmo crescente, os fatores básicos representados pela força de trabalho, capital físico, recursos naturais, progresso tecnológico; e incentivando as tendências e características nacionais que favorecem a síntese entre a tecnologia e a cultura humanística moderna."

João XXIII, em *Mater et Magistra*, nos fala "dos grandes acontecimentos dos nossos dias no campo científico-técnico-econômico, sobretudo a descoberta da energia atômica, as ilimitadas possibilidades que ao homem se oferecem de obter muitos produtos por procedimentos químicos e biológicos; o automatismo da produção, aplicado tão amplamente à indústria e serviços; a modernização da agricultura; a revolução das comunicações; finalmente a já iniciada exploração das rotas interplanetárias."

Tudo isso flui do poder da Universidade, da sua capacitação para conduzir o progresso e construir uma nova sociedade harmônica, material e espiritualmente equilibrada. Novas massas serão convocadas a se integrarem no processo, compatibilizando-se a expansão quantitativa com o oferecimento de técnicas modernas de aprendizagem, e de métodos e processos pedagógicos que correspondam aos anseios de uma população predominantemente jovem, confusa pelo que lhe chega através dos instrumentos de comunicação de massa, e insatisfeita pelo que lhe pode oferecer a Universidade, ainda desequipada para as grandes mudanças, para se transformar realmente no eixo central da conduta do País.

Por outro lado, como acentua o educador Roberto Nassif, a nossa sociedade é "uma sociedade instável que ainda não completou o seu ciclo histórico—uma sociedade em transição, em busca de sua própria forma; e o momento histórico é de mudança acelerada, e a rapidez dessa transformação já não se mede, como no passado, por séculos, mas por anos."

A institucionalização da mudança, sua conversão na forma habitual da existência contemporânea, acarreta para o indivíduo uma permanente inquietude, uma dramática sensação de insegurança com respeito ao futuro. O amanhã não entra na categoria do previsível, não está fixado nem predeterminado, como acontecia nas sociedades estáticas de ontem; hoje, como bem afirma Kilpatrick "o esforço humano conta para algo; o homem pensa e atua mais ou menos criado-

ramente, e seus esforços contribuem realmente para determinar o que acontecerá."

O inconformismo e a instabilidade sócio-cultural dos dias atuais obviamente haviam de se projetar sobre a educação sistemática, através de uma tendência cada vez mais generalizada em direção às reformas estruturais. Assim, a tendência reformista representa, na educação hodierna, o que a mudança é para a sociedade—uma verdadeira instituição. Daí as palavras de Pedro Roselló: "a nova sociedade emergente condicionou a Era da Reforma, que se estende verdadeiramente desde a primeira grande guerra mundial até os nossos dias, isso como uma reação contra o desajuste da escola que modifique sua estrutura interna e seu papel na formação do indivíduo." A tendência reformista em educação não deterá a sua marcha enquanto não fôr superado o desajuste entre as estruturas acadêmicas e as estruturas sócio-econômicas e culturais. Acentua Roberto Nassif que, hoje, "cumpre à escola colocar o ser humano em condições de empregar suas forças em qualquer circunstância, sobretudo evitando divorciar-se do meio. A época exige homens com mentalidade crítica, realmente aptos, hábeis e firmes de atitudes."

E esse homem só pode ser formado numa escola vigilante para o que se passa em torno de si. Se o processo educacional é universalmente reconhecido como uma função eminentemente social, isto é, como uma função da comunidade humana, não poderá jamais deixar de acompanhar a dinâmica da sociedade. Esta assertiva é bem ilustrada com a pergunta que faz Mannheim: "Quem negará que, se a escola permanecesse estática, numa torre de marfim, contemplando do alto, sem perturbar-se, o fluir da vida, não tardaria em ver-se tão antiquada e fossilizada que seria considerada inútil e se descartaria dela?"

Não padece dúvida de que, ao integrar-se a escola no dinamismo social, passa a representar o papel de agente importante desse dinamismo.

Todavia, é de ressaltar que a escola impulsiona o desenvolvimento social e econômico, mas o faz em harmonia com outros fatores políticos e culturais e dentro do complexo jogo de forças que se entrecruzam na comunidade.

Em verdade, a grande função da escola é ser a orientadora da vida social, provendo seus membros das aptidões, das habilidades, do equilíbrio, da sabedoria, enfim, dos elementos imprescindíveis para a construção dos tempos modernos e dos tempos melhores.

A Universidade no Fenômeno Social

"Sem a cooperação universitária não assistiríamos hoje à expansão do conhecimento em todos os campos para os quais se volta o apetite intelectual. Sem ela, a ciência não teria assumido a posição a que se alçou no mundo contemporâneo, para dotá-lo dos recursos tecnológicos, com os quais se operam os milagres que maravilham o século." Essas afirmações marcam a opinião do Presidente Garrastazu Médici, sobre o papel da Universidade no mundo contemporâneo, ao receber no dia 21 de outubro último, em Pôrto Alegre, o título de Doutor "Honoris Causa", que lhe outorgara—por proposta do Reitor Eduardo Faraco—a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em sessão plenária do seu Conselho Universitário, realizada a 15 de maio.

Disse o Presidente da República que as críticas que se articulam contra o sistema universitário não se dirigem à instituição em si. Representam unicamente a persuasão de que pela reforma dos seus métodos de trabalho, pode a Universidade, graças sobretudo à melhor qualidade do ensino, render ainda muito mais em benefício das novas gerações. As feições mais ou menos estáveis, que marcavam a sociedade do passado, facilitavam sobremodo a tarefa da Universidade: nada mais se lhe pedia do que adaptar a inteligência a modos de pensar e de sentir arraigados pela tradição

nos hábitos culturais da época. Já o caráter dinâmico da sociedade atual como que traz "em sobressalto" a mente daqueles de quem se espera, na ordem prática ou especulativa, a solução dos problemas suscitados pelos novos estilos de comportamento. Novas respostas são, assim, continuamente reclamadas pelas questões resultantes do ineditismo de condições criadas pelo tropel dos fatos científicos, econômicos e políticos. Da maneira segundo a qual o pensamento universitário saiba responder às grandes interrogações que, na sua angustiosa insistência, o nosso tempo levanta a cada passo depende em alto grau a invenção de fórmulas que propiciem o atendimento do clamor por uma vida mais humana, por uma sociedade mais feliz e mais justa."

Pelo domínio cada vez mais amplo que proporciona sobre a natureza, o progresso científico se constitui, segundo o Presidente Garrastazu Médici, na matriz do fenômeno social mais característico do mundo contemporâneo: o do crescimento econômico. "Por via da riqueza que por essa forma se acumula, já é possível vislumbrar, como algo realisticamente atingível, a eliminação cabal da miséria, até agora um dos mais terríveis flagelos da humanidade."

"Para desterrar, no entanto", prosseguiu, "dos horizontes sociais a penúria, de modo a não subsistirem, no meio da abundância, condições de vida infra-humanas, imperioso é promover-se, por meios eficazes, redistribuição do produto nacional. As providências de natureza concreta que até aqui já tomei, no sentido de se dar cumprimento entre nós a esse imperativo de justiça social, demonstram eloqüentemente a firmeza da disposição que me anima de corrigir os pecados que, nesse particular, acusa a nossa ordem jurídica.

"Não desconheço, todavia, que a humanização da ordem econômica tal como a pretendemos implantar, está fundamentalmente ligada à difusão do ensino. Incontestável é a doutrina de que não se reduzirão, em medida razoável, as disparidades sociais sem se facultar a todos igual acesso às fontes de educação. Nos bancos escolares, ainda no grau primário, é que se inicia, ao menos potencialmente, a redistribuição da riqueza, culminando esse processo de democratização da economia nos seminários acadêmicos onde se modelam as competências de que o País necessita para rasgar as grandes avenidas do seu futuro. Não nos esqueçamos, todavia, que a ciência, por maiores que sejam os seus êxitos, notadamente no plano experimental, nada, ou quase nada, avançou no esclarecimento das questões capitais, que nos torturam, por quanto se limita a revelar o como, não o porquê das coisas. Envolto nas sombras que o cercam,

o mistério do ser se faz impenetrável às investidas do método experimental, obrigado a manter-se, assim, na superfície dos fenômenos.

"Argui-se, além disso, que a ciência natural, pela sua neutralidade ética, tanto pode ser usada para o bem como para o mal. Sobre não desvendar os grandes enigmas que inquietam o homem, quanto à sua origem e ao seu destino, a ciência, pondo-lhe nas mãos imenso e terrível poder, não tem meios, assim, de garantir que a sua utilização se dará exclusivamente em proveito da humanidade."

Afirmou o Presidente Garrastazu Médici que "a relevância das questões materiais não deve fazer com que nelas nos absorvamos, a ponto de esquecer ou, quando menos colocar em posição secundária os valores espirituais. Embora a ciência, em seu nível teórico, seja indiferente ou cega aos valores, pode adquirir, todavia, pelas suas aplicações práticas, valor moral inestimável. Na consciência ética é, assim, que se haverá de procurar inspiração para que se ponha a ciência a serviço dos interesses humanos.

"A batalha em que estamos engajados para assentar com segurança as coordenadas do futuro não deixará jamais de ser em grande parte", assegurou, "uma batalha da inteligência, cujas conquistas admiráveis na esfera do conhecimento deixam entrever o que dela se pode esperar, mormente se se levar em conta a imensidão daquilo que ainda se ignora. Movida da vocação de saber o que não sabe, a inteligência talvez alargue o campo do conhecimento de modo a revelar ao homem o seu próprio mistério, dando-lhe, então os elementos de que necessita para realizar-se plenamente e resolver os eternos problemas que o encham de permanente ansiedade. De qualquer forma, enquanto esse momento não chega, já é muito possuímos a certeza de que a solidariedade social, alicerçada na afeição mútua, é capaz de congregar os seres humanos para, em esforço comum, estabelecerem na terra, em bases racionais, a tranquilidade da ordem, que, na definição famosa, é aquilo que nos separa da catástrofe." E concluiu o Presidente da República:

"Creio, também, de modo particular, no valor, tanto moral como intelectual, daqueles que integram o corpo de professores desta Universidade, bem como na sua capacidade de infundir nos jovens que lhe freqüentam os cursos o indispensável entusiasmo para que possam transformar, pelo trabalho, os sonhos ambiciosos de hoje na realidade de amanhã."

"*Crise das Crises*"—Em seu discurso de saudação ao Chefe do Governo o Reitor Eduardo Faraco, membro também do Conselho Deliberativo da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior (CAPES), afirmou que a segunda metade deste século está sendo marcada por uma verdadeira *explosão educacional*, traduzida no aumento sem precedentes do número de matrículas, do custo do ensino, e—em aparente antítese, em virtude do crescimento populacional—da elevação também sem precedentes do número de analfabetos adultos, na maior parte do mundo.

"Em conseqüência, uma crise que de alguma forma sempre existiu", afirmou, "tornou-se a *crise das crises*, ou seja a grande crise do ensino, de amplitude universal. Parece que, mais do que o crescimento vegetativo populacional, a grande crise do ensino encontra suas origens na lentidão com que os sistemas educacionais têm respondido às mudanças fantásticamente rápidas da ciência, da tecnologia, da política, da economia e da estrutura demográfico-social." E prosseguiu:

"A inércia dos sistemas de ensino e conseqüentemente sua morosa adaptação às novas exigências daí decorrentes não se constituem em peculiaridade que lhes seja exclusiva; diria antes, que nada mais são, em diferentes setores da própria sociedade, do que uma expressão do apêgo às tradições e às posições adquiridas, cujas raízes estão na dificuldade inerente aos sistemas, submetidos aos imperativos do desenvolvimento. A disparidade entre o progresso *sensu lato* e a educação, portanto, não deve surpreender, desde que esta é, fora de qualquer dúvida, um se não o maior, dos complexos problemas com que se defronta a humanidade. Na palavra de Coombs, "educar uma nação e conservar atualizado seu sistema de ensino, parece ser muitas vezes mais difícil do que colocar um homem na lua."

"O desafio, portanto", enfatizou "nos foi lançado. Enfrentá-lo, porém, não é algo que se consiga facilmente. A obtenção dos meios depende de uma análise meticulosa, sem esquecer a menor das fa-cêtas, e de uma autocrítica severa. Cabe à sociedade, cabe ao Governô, cabe principalmente à Universidade, acelerar a marcha, pois não há tempo a perder."

Depois de assinalar as razões que levaram a Universidade Federal do Rio Grande do Sul a outorgar ao Presidente da República o título de Doutor "Honoris Causa", afirmou o Reitor Eduardo Faraco:

"O nosso País, que sente a necessidade imperiosa e urgente de crescer dentro de suas desmesuradas fronteiras, acompanha com entusiasmo os ciclôpicos trabalhos a que seu Governô já deu início, sob a inspiração de um vasto Plano de Integração Nacional. É assim que se vê aproximar-se, a passos decididos a realização de um sonho que podemos dizer imemorial: a plena conquista do nosso próprio território, por meio de uma operação que se pode chamar de impe-

rialismo interno. E em nome dêsse velho sonho estão sendo rasgadas rodovias que cortarão em todos os sentidos as ainda misteriosas terras do sem-fim, segundo a expressão de um grande poeta rio-grandense, para ocupá-las, povoá-las, e levar às partes mais remotas dos nossos sertões os frutos do progresso e da civilização.”

Depois de referir-se ao alcance incalculável do Programa de Integração Social, afirmou que as grandes questões que dizem respeito ao próprio destino da nacionalidade passaram no atual Governo, a ser encaradas frontalmente, na sua assustadora objetividade, porque careciam de soluções urgentes. Tratava-se, não mais de agitar e confundir, em proveito de poucos, senão de construir com serenidade, enquanto o Brasil ainda pertencesse aos brasileiros, uma pátria que se achava ameaçada em sua própria sobrevivência e na preservação de suas instituições democráticas. Hoje, sentimos que o Brasil está sendo reativado em suas energias, em suas forças vivas, e reconstruído de alto a baixo. E, ressaltou:

“Dêsse claro clima de otimismo tem o dever de participar a Universidade brasileira, em face da crescente integração e aprofundamento de suas atividades, no complexo das imposições e exigências com que nos assedia a nossa realidade econômico-social.”

Passarinho na UNESCO: Renovação e Democratização do Ensino

De regresso ao País, depois de participar, em Paris, de mais uma reunião da UNESCO, o Ministro Jarbas Passarinho disse que não se pode apontar o AI-5 como responsável pela campanha de difamação contra o Brasil no Exterior, pois todos os países lançam mão, no momento, de instrumentos enérgicos para conter movimentos de subversão. Lembrou que nos países em que se centraliza, hoje, a campanha contra o Brasil, ocorrem frequentemente prisões de escritores e de estudantes implicados em movimentos desagregadores, e embora êsses movimentos sejam, talvez até de proporções menores do que os têm ocorrido na América Latina, os implicados são tratados duramente. Isso ocorre quase todos os dias na Europa, mas lá ninguém protesta. Os que nos injuriam deixam de lado o que ocorre em seus países e preferem deformar os problemas brasileiros, de modo a apresentá-los com as dimensões que lhes convêm. Não é, portanto, o AI-5 que os leva a isso. É a campanha dirigida.

Ilha da Maldade—“Não é estranho”, perguntou, “que o Brasil

seja apresentado na Europa como se fôsse a *Ilha da Maldade*, quando acontecimentos, em outros países não têm repercussão?”

Lembrou que, durante a sua permanência em Paris, foi decretada a prisão, por seis meses, de um estudante. Há pouco uma deputada irlandesa foi condenada à prisão. É comum a prisão de ativistas franceses que distribuem jornais e panfletos de tendência maoista na França, com exceção de Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre.

“Agora qualquer fato semelhante ocorrido no Brasil é realçado de tal modo na Europa, que nos transforma em execráveis espécimes de homens. Por que a Rússia não tem essa imagem?”

O Ministro Jarbas Passarinho afirmou, em seguida, que mesmo os brasileiros *assexuados* em matéria política já estão indignados com essa campanha que transforma o Brasil em *Ilha da Maldade*.

“Será o AI-5 o responsável por tudo isso? Será o Brasil essa *Ilha da Maldade*? Ou há mais alguma coisa por trás das *cortinas*, que não as de ferro?”

Relembrou, então, o comentário que fez na Universidade de Oxford, durante a inauguração de uma mostra de livros brasileiros. Observara, na ocasião, que ali estavam representadas as obras de escritores de várias correntes de pensamento. Inclusive alguns notoriamente esquerdistas, como Graciliano Ramos e Jorge Amado. Acrescentara que não podia deixar de recordar o escritor soviético Alexander Soljenitzyn, cujos livros não circulam em seu país.

“Naquele momento havia um representante russo na inauguração. Ele não se manifestou, porque, se aplaudisse, não voltaria para a URSS, se fôsse contra, se desmascararia.”

O Ministro da Educação reuniu a imprensa para falar da participação da delegação do Brasil na reunião da UNESCO, mas respondeu também a perguntas sobre alguns problemas da vida universitária brasileira. Disse, por exemplo, que o Decreto-lei n.º 477 só terá aplicação nas universidades em caso de movimento de caráter político. Fora disso, não. Acha que precisa haver extrema preocupação de justiça na aplicação de punições previstas na lei.

Comentou que aprendeu na vida militar a fazer a distinção entre transgressão e crime. Dentro das transgressões, há uma graduação de penas relativamente à graduação das faltas.

"Não podemos considerar tôdas as faltas como sendo graves nos regulamentos disciplinares do Exército, da Marinha, da Aero-náutica. Existem faltas leves, médias e graves. A quem pratica uma falta grave não pode ser aplicada uma advertência verbal. Mas a uma falta leve não pode corresponder a pena de prisão. O Decreto-lei n.º 477 só prevê uma punição para tôdas as faltas de que cogita. Faltas que vão desde o porte de um livro considerado sub-versivo até o seqüestro de um professor, de um reitor, ou o incêndio proposital de uma universidade. Para faltas que me parecem distintas", continuou, "só há uma punição: exclusão da faculdade por três anos."

Afirmou, então, que desde que assumiu o cargo de Ministro da Educação fez críticas a êsse processo.

"Não admito que se aplique o 477 em assuntos que não tenham a menor caracterização com a subversão. Por exemplo: Se um aluno ou um grupo de alunos se insubordinam por não gostarem de uma prova escolar, dizem palavrões e se retiram da sala, não vejo porque a aplicação do 477; acho que o ato não tem nenhuma relação com o fundamento do decreto-lei. Os reitores não precisam, diante de casos semelhantes, recorrer a êle. Há o regulamento disciplinar para ser aplicado." Observando que a sanção disciplinar, às vezes é mais dura do que a expulsão prevista no 477, comentou que, em nenhum momento do recente movimento dos alunos do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília, o Reitor propôs a aplicação do 477. Não houve aí a caracterização da subversão, isto é, incitamento à derrubada do regime pela força. O movimento não teve caráter político.

Tendo um repórter indagado se o Ministro acreditava que o 477 venha a ser revogado, êle respondeu:

"Tudo que tem um comêço tem um fim."

Depois de breves comentários sobre a Lei de Lavoisier, lembrou que houve um tempo, antes do 477, em que o professor era impedido de dar aula. E, acrescentou:

"Não estou ávido de dar demonstração de força, pela simples razão de que me considero muito forte. Se eu fôsse fraco, talvez vivesse com medo e, com medo, precisaria de me auto-afirmar, através de demonstrações de força."

Após declarar que ainda não está disposto a propor a revisão do ato, esclareceu que duas providências já foram tomadas. A Consultoria-Geral da República foi consultada sobre recurso contra o 477, porque êste só previa o envio do processo ao Ministro no caso de absolvição na origem. Quando se absolvía, o Ministro tinha que ser ouvido: quando havia condenação, êle não era ouvido.

"O consultor deu parecer, o Presidente da República aprovou e, assim", disse, "o Ministro é agora ouvido em todos os casos."

O Brasil na UNESCO—Sobre a participação de nossa delegação na reunião da UNESCO, disse que uma das teses defendidas pelo Brasil foi a de que a Educação deve girar em dois eixos: renovação e democratização. No primeiro, através da reformulação das técnicas de ensino (aplicação de TV Educativa e *video-tapes*), e no outro, aumentando o número de escolas, sem perda da qualidade do ensino. Em futuro próximo o Brasil começará a aplicar essas técnicas educacionais.

A propósito da maneira como a UNESCO tem preferido encaminhar a pesquisa—elaborada nos países mais desenvolvidos, votada para os países subdesenvolvidos—, afirmou que ela deve ser feita de preferência, no próprio país interessado.

Disse o Ministro que na UNESCO o Brasil votou contra um projeto de liberdade total para pesquisas oceanográficas, defendido pelos "países mais poderosos do mundo, capitalistas e socialistas."

"Seria", aduziu, "uma ruptura no conceito de soberania nacional. Como a pesquisa nunca é um fim em si mesmo, e sim um meio que visa a uma fase exploratória, nós iríamos abrir mãos de um direito do qual não podemos prescindir: o direito de guardar nossa soberania dentro das águas territoriais."

Contou que o Brasil se definiu logo, no plenário, a favor da preponderância, no orçamento, de gastos na educação e ciências exatas, sendo que os países mais desenvolvidos estão interessados em desviar mais recursos para a cultura e as ciências sociais.

Observou que votaria a favor dessa tese, que ainda vai ser votada em plenário, em época mais oportuna.

"Embora admitindo que o homem sem a cultura geral seja uma espécie de metade de homem, reconhecemos também que as cir-

cunstâncias atuais do Brasil nos levam a votar, no momento, em favor da educação e ciências exatas.”

Apoiou ainda a convenção que visa a impedir a importação, exportação e transferência ilícita de bens culturais, mostrando que no Brasil a proibição já é lei. A delegação brasileira, no entanto, foi contra a forma que a UNESCO vem adotando no fomento da pesquisa no campo da ciência e da tecnologia. O organismo mundial tem preferido que a pesquisa seja feita nos países mais desenvolvidos, voltada para os países menos desenvolvidos.

“Achamos”, disse, “que ela deve ser feita no próprio país interessado, para que ele possa desenvolver seus recursos humanos. É a única forma de impedir a colonização tecnológica. Achamos que nenhuma das decisões que afetam o Brasil possa ser adotada fora do nosso país ou por alguém que não seja brasileiro. Ninguém é mais amigo de nós que nós mesmos.”

Contou, em seguida, que na comissão que estudou o problema dos direitos autorais havia um fato interessante: o presidente da comissão era russo.

“Ele ficou numa posição difícil, porque na URSS é diferente o sistema de pagamento de direitos autorais: ela paga sob uma forma condicional. O dinheiro recebido deve ser gasto em seu país. O assunto foi debatido intensamente. Defendemos a tese de que o direito autoral pode ser transferido pura e simplesmente, sem nenhuma limitação.”

O Ministro debateu com os representantes da UNESCO para a América Latina os projetos de interesse para o Hemisfério. De interesse do Brasil, discutiu-se o apoio que a entidade poderá dar ao MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). A UNESCO deverá aprovar projeto de ajuda, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e, possivelmente, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. A UNESCO apoiará, ainda, mediante assistência técnica, a reformulação do ensino fundamental e a melhoria da qualidade do ensino da ciência nos níveis médio e superior.

Noticiário

CNPq Tem Novo Presidente

“No desenvolvimento de uma Nação o elemento mais importante é, realmente, o próprio homem”, afirmou o Gen. Arthur Mascarenhas Façanha, ao assumir a presidência do Conselho Nacional de Pesquisas, em substituição ao Prof. Antônio Moreira Couceiro, acrescentando:

“E é no desenvolvimento técnico-científico de um povo que esta importância assume contornos dramáticos, porque o espírito e a inteligência do homem são, no fundo, o único instrumento de criação de que esse povo dispõe.”

O novo presidente do CNPq prometeu tudo fazer para bem cumprir a missão que lhe foi confiada pelo Chefe do Governo, unindo ao seu esforço pessoal o dos cientistas e pesquisadores de todo o País, afirmando que hoje não se discute mais se o progresso que todos desejam para o Brasil é importante: o que se debate são os meios para alcançá-lo na medida necessária e no prazo justo.

“Na cátedra e no laboratório, no campo e no escritório, é preciso que cada um tenha a convicção arraigada de que é um elo de uma cadeia que vem de ontem e marcha para amanhã. Cada um de nós tem, pois, uma tarefa a cumprir, um objetivo a atingir; mas é preciso que trabalhem na certeza de que o sucesso final não é senão a integração do esforço e do êxito de cada um”, enfatizou.

Referiu-se o Gen. Arthur Mascarenhas Façanha às medidas tomadas pelo Presidente Garrastazu Médici para dar aos pesquisadores as condições mínimas de trabalho e remuneração, “que estimulem o cientista e dignifiquem o homem.”

“Por formação e por índole”, acrescentou, “creio que somente um trabalho disciplinado poderá render, em tempo justo, e com economia de esforços, os resultados que se buscam. Mas é preciso ter sensibilidade apurada para perceber que a disciplina de trabalho de um cientista possui aspectos *sui generis*. É mister que nos

contentemos com a uniformidade de propósitos, tecida com uma pluralidade vigorosa e honesta de comportamentos.”

Ressaltou o novo presidente do CNPq que a cada pesquisador corresponde um método peculiar de trabalho. Sujeitá-lo à rigidez de normas preestabelecidas seria, segundo o Gen. Arthur Mascarenhas Façanha, adormecer o ímpeto criador do seu espírito. Daí sua preocupação de, pela conjugação dos esforços aparentemente díspares, chegar à colimação do objetivo comum, representado pelo desenvolvimento tecnológico e científico do País.

São compromissos assumidos pelo novo presidente do CNPq:

1—dar ênfase aos trabalhos já em curso, no sentido de completar o levantamento de todo o potencial técnico-científico de que disponha o País, ou possa atrair do Estrangeiro;

2—ir ao encontro das grandes metas governamentais, equacionando um planejamento objetivo e flexível que possa situar o trabalho de cada pesquisador, ou grupo de pesquisadores, na moldura de um programa geral;

3—evitar a pulverização de meios que, não sendo de maior monta, poderão, entretanto conduzir a resultados promissores.

Para o equacionamento desse planejamento o Gen. Arthur Mascarenhas Façanha pretende cercar-se de assessôres altamente qualificados, recrutados no próprio CNPq ou fora dele.

“Pretendemos estruturar essa assessoria de planejamento”, afirmou, “num verdadeiro sistema de realimentação, que de um lado receba as grandes diretrizes governamentais para transformá-las em planos de execução, e de outro lado aprecie em cada caso a realidade brasileira para levar ao Governo elementos seguros e objetivos de formulação das futuras diretrizes.”

Um Quadro Real—Coube ao Prof. Heitor Grillo, vice-presidente no exercício da presidência do CNPq, assinalar, no ato da transmissão do cargo ao Gen. Arthur Mascarenhas Façanha, a importância dos trabalhos em desenvolvimento naquela instituição:

“Encontra V. Ex.^a este Conselho com um vasto plano de trabalho em plena execução dentro da política científica que a Revolução de 1964 implantou, visando criar no Brasil as condições favoráveis para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.”

Mencionou o Plano Quinquenal do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a concessão de vultosos recursos ao CNPq, acres-

centando que o Plano constitui roteiro que vem sendo seguido pelos pesquisadores brasileiros. Através dele, milhares de bolsistas, principalmente, os melhores alunos de nossas universidades, têm sido atendidos, em benefício da pesquisa brasileira. Mais de 2 mil novos títulos de trabalhos científicos resultaram da política do Governo só no ano passado, representando número superior em 33% a produção de 1968. Este ano essa produção, segundo acredita o vice-presidente do CNPq, será ainda maior.

Entre os trabalhos em desenvolvimento, citou os vários programas integrados visando a incorporação do cerrado brasileiro no desenvolvimento do País; a pesquisa oceanográfica em cooperação com a Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha; o programa integrado em ciências de materiais e pesquisas industriais iniciado pela coleta de dados e sugestões para melhoria da nossa tecnologia de alimentos; a identificação dos mais qualificados centros de excelência do País, que receberam auxílios do CNPq para melhorar suas instalações e bibliotecas, bem como para a contratação de pesquisadores de alto nível; a identificação dos centros de pesquisas em condições de ministrarem cursos de pós graduação.

Vários institutos estão executando programas de ensino e pesquisa em entrosamento com o CNPq. Entre eles, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, que reúne a elite dos matemáticos brasileiros; o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, que, em fase de completa reformulação, será transformado em Centro Nacional de Informação Científica; o Instituto de Pesquisas Rodoviárias, que também está sendo reformulado para melhor atender, como órgão de consulta do Governo, à solução dos problemas rodoviários; o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em fase de instalação de sua nova sede; o Museu Emílio Goeldi, que serve aos estudos de antropologia e da hileia amazônica; e o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais.

Reportou-se ainda o Prof. Heitor Grillo aos inúmeros convênios do CNPq com instituições científicas estrangeiras, citando entre eles os firmados com o Conselho de Pesquisas da Argentina, Conselho Nacional de Pesquisas do Canadá, Royal Society e Ministério do Além-Mar, da Inglaterra, e Academia de Ciências dos Estados Unidos.

“O CNPq, criado por um grupo de pesquisadores idealistas, liderados por esse grande brasileiro que é o Almirante Álvaro Alberto, seu primeiro presidente”, acentuou, “encontrou nos seus sucessores a dedicação e o patriotismo necessários para levar avante

os seus altos objetivos. E dentre êsses dirigentes do Conselho devo salientar o nome do Prof. Antônio Moreira Couceiro, que deixou traços marcantes de sua passagem.”

Bolsas de Estudo nos Estados Unidos

Acham-se abertas na Comissão para o Intercâmbio Educacional entre o Brasil e os Estados Unidos (Comissão Fulbright), na Av. Nossa Senhora de Copacabana n.º 690—Grupo 602, Rio de Janeiro, GB, até 15 de janeiro de 1971, as inscrições para *bolsas de viagens* destinadas a professores universitários brasileiros. As bolsas incluem passagem de ida e volta aos Estados Unidos e não são concedidas para períodos inferiores a três meses. Dá-se preferência a quem pretenda permanecer um ano naquele país.

Centros Regionais de Pós-Graduação

O Decreto n.º 67.350, de 6 de outubro último, que disciplinou a implantação e o funcionamento dos Centros Regionais de Pós-Graduação, vem transcrito a seguir:

“O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Entende-se por Centro Regional de Pós-Graduação o conjunto de cursos de pós-graduação, de mestrado e doutorado, credenciados pelo Conselho Federal de Educação, funcionando coordenada e orgânicamente e correspondendo a determinada região do País.

Art. 2.º Os Centros Regionais de Pós-Graduação serão instituídos em número compatível com a política nacional de pós-graduação e terão por sede uma universidade.

§ 1.º Na estruturação de cada Centro serão aproveitadas todas as possibilidades de ensino pós-graduado em sua área de influência, incluindo-se instituições estaduais ou particulares, respeitado o princípio da não duplicação de meios para fins idênticos.

§ 2.º Mediante entendimentos específicos, entidades pertencen-

tes a diferentes Centros poderão prestar serviços mútuos de colaboração para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

Art. 3.º Os Centros Regionais de Pós-Graduação visam a promover a implantação sistemática da pós-graduação, evitando a dispersão de recursos humanos e materiais, e terão os seguintes objetivos básicos:

I—formar e aperfeiçoar pessoal docente para o ensino superior;

II—estimular o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica por meio da adequada preparação de pesquisadores e da criação de condições favoráveis ao trabalho científico;

III—proporcionar o treinamento de técnicos de alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional e regional.

Art. 4.º Cada Centro terá:

I—uma comissão de coordenação, constituída por um representante de cada universidade ou instituição integrante do centro;

II—um coordenador, designado pelo Diretor do Departamento de Assuntos Universitários, por indicação da universidade que funcionar como sede do centro.

Art. 5.º Para a implantação do programa de Centros Regionais de Pós-Graduação, fica instituída a Comissão Nacional dos Centros Regionais de Pós-Graduação, órgão de assessoramento, vinculado ao Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura, com as seguintes atribuições:

I—sugerir as bases de uma política nacional de pós-graduação, a serem submetidas ao Conselho Federal de Educação;

II—estudar as possibilidades de implantação dos centros regionais de pós-graduação, segundo a política nacional de pós-graduação;

III—acompanhar as atividades dos centros regionais de pós-graduação, orientando-os no sentido dessa política;

IV—propor a entrega de recursos às instituições que compõem os centros regionais de pós-graduação;

V—propor as medidas que se fizerem necessárias para a instalação e adequado funcionamento dos centros.

Art. 6.º A Comissão Nacional dos Centros Regionais de Pós-Graduação terá como presidente o Diretor do Departamento de Assuntos Universitários e será integrada por um representante de cada um dos seguintes órgãos: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Conselho Federal de Educação, Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. Os membros da Comissão referidos neste artigo serão indicados pelos respectivos órgãos e designados pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 7.º A Comissão reunir-se-á ordinariamente até quatro vezes por mês, e extraordinariamente quando convocada por seu presidente.

Parágrafo único. Os membros da Comissão, por comparecimento às sessões, receberão gratificação de presença, a ser fixada pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 8.º Para execução dos trabalhos da Comissão, o Departamento de Assuntos Universitários poderá dispor de pessoal requisitado ou contratado na forma prevista no Decreto n.º 66.967, de 27-7-70.

Art. 9.º Para atender aos encargos do presente decreto serão utilizadas as verbas do orçamento da União destinadas à pós-graduação, na cobertura de despesa com:

I—o mecanismo administrativo necessário à implantação dos centros, incluindo-se visitas para orientação técnica;

II—a manutenção dos cursos de pós-graduação, mediante, principalmente:

a) formação ou expansão de bibliotecas especializadas e serviços de documentação, com vistas ao desenvolvimento dos cursos de pós-graduação;

b) aquisição de material de consumo;

c) pagamento ou suplementação de salários de pessoal docente e auxiliar, técnico ou administrativo, para trabalho em regime de tempo integral.

d) custeio de despesas com professores visitantes, inclusive estrangeiros

III—custeio das atividades da Comissão Nacional dos Centros de Pós-Graduação.

Art. 10. Serão criados inicialmente 5 (cinco) Centros Regionais de Pós-Graduação correspondentes às regiões Norte-Nordeste, Centro-Leste, Centro-Oeste, Sul e ao Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Os Centros de que trata este artigo terão por sede, respectivamente, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade de São Paulo.

Art. 11. A criação dos centros far-se-á mediante convênio em que serão fixadas normas gerais de funcionamento e coordenação.

Art. 12. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.”

Regulamentada pela UEG Transferência de Aluno

O Conselho Universitário da Universidade do Estado da Guanabara aprovou Resolução segundo a qual a transferência de alunos de outras universidades para a UEG será compulsória, independentemente de vagas, e em qualquer época, quando se tratar de estudante que, sendo servidor público civil, sujeito ao regime do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, ou militar, mudar seu domicílio para o Estado da Guanabara, em virtude de remoção. Excepcionalmente, a critério do Conselho Departamental da respectiva unidade, tal critério poderá ser aplicado ao estudante que, sendo domiciliado fora do Estado da Guanabara, fôr nomeado, em virtude de aprovação em concurso para cargo público, com exercício no Estado. Salvo nos casos em que fôr compulsória, não será permitida a transferência para a primeira ou a última série do curso. A transferência dos alunos provenientes de país estrangeiro é da competência privativa do Reitor, nos termos da Resolução 368, de 10 de março p.p.

Em Angra dos Reis, Uma Visão do Futuro

Se é verdade que os países subdesenvolvidos de hoje são exatamente aqueles que não conseguiram dominar a tecnologia do petróleo no devido tempo, o Brasil está tentando não perder mais nenhum terreno:

A tecnologia do futuro é a energia nuclear e nós estamos empenhados em dominá-la para não chegarmos atrasados, outra vez.

Hervásio Guimarães de Carvalho, presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, garante que o primeiro passo desta corrida já foi dado, com a escolha de Angra dos Reis para instalação da primeira Central Nuclear Brasileira, que irá abastecer de energia elétrica barata e eficiente a Central Elétrica de Furnas.

“O País está empenhado em superar o subdesenvolvimento e, para isto, a energia elétrica é fundamental. A história dos países desenvolvidos mostra que a curva de seu crescimento está intimamente ligada à da potência instalada e do consumo de energia. Atualmente, a potência instalada no Brasil é de cerca de 10 mil MWe, cifra que vem crescendo rapidamente, principalmente depois que as hidrelétricas entraram em funcionamento.”

Para atingir os níveis de desenvolvimento esperados pelo Governo nos próximos anos, teremos de manter o ritmo de crescimento atual, calculado em dez por cento ao ano. Caso se consiga, dentro de 30 anos, estaremos com a potência instalada de 175 mil MWe, dos quais 80 ou 90 mil estarão na Região Centro-Sul, área de maior concentração industrial da América do Sul e que representa a metade de toda a economia brasileira. O presidente da CNEN define a natureza do trabalho que terá de ser desenvolvido neste fim de século:

“Em virtude da insuficiência de carvão e do alto custo da energia a óleo, o papel decisivo do abastecimento energético, neste

período, será desempenhado pela energia nuclear, cuja tendência é a de custar cada vez menos.

“Diante da necessidade de aparelhar o Brasil para a conquista da tecnologia nuclear, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, depois de vários estudos, resolveu indicar ao Governo a conveniência de se instalar uma Central Nuclear na Região Centro-Sul do País, ainda na década de 70. Para esse trabalho, colaboraram com a CNEN a ELETROBRÁS e a Agência Internacional de Energia Atômica, esta representada por técnicos norte-americanos, ingleses, canadenses e suecos. O grupo de trabalho planejou então os seguintes índices de introdução de energia nuclear na Região Centro-Sul: entre 1976 (ano em que deverá ser instalada a Central de Angra dos Reis) e 1977—500MWe; até 1980—1.500MWe; 1985—1.600MWe; 1990—13 mil MWe; 1995—21 mil MWe; no ano 2000—35 mil MWe.

“Estes números não são exageradamente otimistas, nem é prematura a instalação de centros nucleares em nosso País, se considerarmos os programas neste terreno de outras nações ainda em desenvolvimento. A Índia terá sua Central Nuclear ainda este ano, o Paquistão e a Espanha também, a Argentina, em 1972, a Turquia, em 1976 e a Tailândia, em 1977.

“Além de responder à demanda de energia elétrica, a primeira Central Nuclear possibilitará o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, no campo da energia nuclear. Além disso, vai permitir a participação da indústria nacional, iniciando-a em uma nova tecnologia, garantindo a aquisição de experiência operacional pelos técnicos nacionais.”

Para a instalação da primeira Central Nuclear foi criado um Grupo de Trabalho Especial, com membros do Ministério de Minas e Energia, da Comissão Nacional de Energia Nuclear e do Conselho de Segurança Nacional. Este grupo concluiu que a responsabilidade na seleção e construção ficasse dividida entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e a ELETROBRÁS.

Foi então assinado convênio entre a CNEN e a ELETROBRÁS, que determinou as responsabilidades. Assim, cabe à CNEN (quanto ao planejamento e anteprojeto de centrais nucleares): a definição das linhas de reatores que mais consultem aos interesses nacionais e que possam ser aceitos nas concorrências; decisão sobre combustíveis a serem empregados nos reatores.

Diz respeito à ELETROBRÁS: a escolha do sistema elétrico ao qual deverá ser integrada a Central e a definição de sua potência elétrica, bem como a sua futura expansão, se for o caso.

Reatores—A CNEN escolheu, em princípio, os reatores que sa-

tisfazem aos interesses nacionais. Foram eles: reatores moderados a água pesada, com as subdivisões—tipo tubo de pressão, tipo vaso de pressão e tipo gerador de vapor; reatores moderados a água leve, com as subdivisões—tipo a água fervente, tipo a água pressurizada; reatores avançados arrefecidos a gás e reatores a alta temperatura arrefecidos a gás.

Constatou-se que o primeiro grupo—dos primeiros tipos—tinha experiência operacional comprovada, enquanto os do segundo tinham pouca ou nenhuma experiência operacional. A CNEN considerou que ambos os grupos podiam participar da concorrência, cabendo à ELETROBRÁS investigar sobre os reatores do segundo grupo, quanto à garantia de funcionalidade.

A ELETROBRÁS delegou poderes à Central Elétrica de Furnas—empresa que instalará e operará a primeira Central Nuclear—para realizar estudos junto a fornecedores de reatores e verificar sua capacidade operativa. O resultado é que foram selecionados os dois tipos seguintes, como concorrentes à licitação internacional: reatores moderados a água pesada e reatores moderados a água leve.

Os estudos conjuntos entre a CNEN e a ELETROBRÁS concluíram pela escolha de Angra dos Reis como local para instalação da primeira Central Nuclear. Funcionará como produtora de energia elétrica e sua potência inicial será de 500MWe, atendendo à economicidade da energia de origem nuclear e à capacidade do sistema elétrico de Furnas, ao qual deverá ser integrada.

Este ano, com a seleção do local, já se deu o primeiro passo positivo. Outros ainda virão, como a redação do edital de concorrência e a assinatura de contrato para o início da construção—previsto para 1971.

Não existe ainda uma indústria brasileira especializada em energia nuclear, mas a indústria tradicional será convocada para colaborar neste projeto. O reator, por isto, será necessariamente importado. O pessoal que operará esta primeira Central Nuclear será treinado pela CNEN.

Palácio das Ciências na GB

Assinalando mais um passo em seu programa de dotar a Guanabara não só da infra-estrutura da pesquisa científica como principalmente dos meios de promoção da ciência, a Secretaria de Ciência e Tecnologia criou grupo de trabalho para estudar a implantação do Palácio das Ciências.

Seu objetivo é equacionar e formular as bases do futuro Palácio das Ciências, nos moldes dos que existem nas grandes capitais

da Europa e da América, integrando-o na organização jurídico-administrativa da Fundação para o Desenvolvimento da Pesquisa do Estado da Guanabara (FUNDEPEG). Entre suas finalidades: manter mostras das principais descobertas que constituem marcos memoráveis no progresso da humanidade; realizar demonstrações experimentais das últimas descobertas e invenções; despertar entre a juventude o interesse para os fatos da ciência e da pesquisa científica; cultivar a memória dos grandes vultos da ciência; proporcionar aos alunos e professores de todos os níveis cursos e conferências sobre assuntos científicos, etc.

Brasil Quer Aplicar a Tecnologia à Educação

Os mais recentes progressos obtidos no campo da ciência e tecnologia estão sendo cotejados, analisados e esquematizados por cientistas-pesquisadores brasileiros para uma possível aplicação no sistema educacional. A idéia, pioneira em todo o mundo, nasceu no Centro Nacional de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, e tem por objetivo formular uma política tanto quanto possível permanente, através da qual a ciência e a tecnologia possam contribuir com suas potencialidades nos mais diferentes ramos do conhecimento humano.

Os estudos até agora realizados sobre a matéria revelam que em termos mundiais, quase nada se fez no sentido de aplicar a tecnologia à educação. O mundo inteiro passa por uma crise nesse terreno. No entanto, o homem já vai à Lua e cada vez mais se abrem novas perspectivas científicas. Formular uma política educacional com base nos atuais conhecimentos tecnológicos traduz uma iniciativa sem precedentes, destinada a mobilizar, em futuro próximo, toda a consciência nacional.

Entendem os economistas brasileiros que a futurologia abriu uma série de caminhos novos para a humanidade. Coisas que no momento são inexequíveis parecem plenamente realizáveis num futuro próximo. Muitas perguntas estão no ar, como, por exemplo, a que se refere ao transplante da memória. Os progressos da genética, por outro lado, permitem antever que todos os homens nasçam com um quociente de inteligência elevado. Acostumados a lidar com recursos escassos, os economistas acabam de descobrir que a inteligência humana não está enquadrada entre os bens escassos e ainda apresenta uma alta percentagem de capacidade ociosa, que precisa ser utilizada com urgência, sobretudo no caso brasileiro. É a educação que tem os melhores meios para liberar essa força. Com o

avanço da tecnologia, o autodidatismo tende a desaparecer e não haverá mais lugar para o gênio. A educação terá seus processos radicalmente transformados pelas novas técnicas, e os países serão medidos pelo grau de sua educação. Atualmente, a educação atinge um período que vai dos 7 aos 25 anos de idade, mas tempo chegará em que absorverá, necessariamente, quase toda a vida útil do indivíduo, dos 3 aos 65 anos de idade. Como a educação está relacionada com o próprio desenvolvimento da tecnologia, fecha-se aí o ciclo para um sistema de educação permanente.

O Brasil dá os primeiros passos nesse setor. Há pouco tempo surgiu um estudo intitulado "Por uma Universidade Aberta e Versátil", no qual seus autores, Maria Aparecida Pourchet Campos e Paulino Guimarães Júnior, abordam o tema da educação permanente ao nível superior. Outra análise do problema foi exposta no trabalho "Universidade Democratizada", também de Maria Aparecida Pourchet Campos. Alguns acreditam que em meados desta década pelo menos 50% das aulas nos cursos superiores serão realizadas com auxílio da televisão e do rádio, ou, ainda, com o sistema audiovisual.

PLANEJAMENTO—O esforço do Centro Nacional de Recursos Humanos parte da premissa de que a educação só pode servir a um país na medida em que venha a ser planejada para esse país, isto é, tenha em mente o modelo da sociedade que se deseja construir. O programa a ser obtido com a reunião dos cientistas-pesquisadores pretende explorar os seguintes aspectos: a interdependência entre pesquisa e planejamento; a noção de que, comportando-se o processo educacional como qualquer processo de produção, é possível realizar pesquisas para planejamento sobre todos e cada um dos itens do processo.

MOBILIZAÇÃO—Estudos preliminares sobre a questão indicam que, pelas suas características, a pesquisa aplicada à educação exige uma rede institucional extremamente vasta para que sua eficiência seja apreciável. Tal fato deve-se à existência de um limite mínimo de intensidade e convergência de esforços de pesquisa abaixo do qual os resultados dessa atividade não são compensadores; além disso, as atividades de pesquisa não visam apenas à obtenção de novos conhecimentos, mas ainda à transferência, difusão, informação e aplicação do conhecimento já existente.

TRILOGIA—O setor educacional brasileiro, segundo os economistas, quase nada evoluiu em face dos progressos da tecnologia. Permanece, com alterações insignificantes a trilogia *professor/aluno quadro-negro* do tempo de Aristóteles. O campo a explorar é vasto, a partir do audiovisual, da televisão e do rádio. Há pequenas ten-

tativas por parte dos Estados que possuem ou estão instalando tevês educativas. Mas para tudo isso faltam professores realmente preparados. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) já desenvolveu estudos sobre a utilização do sistema audiovisual, mas na prática o Brasil apenas engatinha no setor. Se neste momento o Governo se decidisse por um sistema nacional de educação pela televisão, calculam os técnicos que tal esforço só seria concretizado dentro de seis anos. Embora nos países desenvolvidos inexistam um plano global para o estímulo da educação mediante a aplicação da tecnologia, essa aplicação ocorre naturalmente. Exemplo típico são os Estados Unidos, onde ao lado das vídeo-fitas existem as máquinas de ensinar ao alcance de uma grande faixa da população. Os cientistas negam o perigo de despersonalização do aluno pela máquina de ensinar, porque as novas técnicas permitem muitas alternativas. O aluno tem assim condições de utilizar sua inteligência num sentido ilimitado. As máquinas de ensinar apenas padronizam o ensino básico. Aquêles que têm possibilidades de progredir mais depressa encontram máquinas adequadas, porque há a preocupação de preservar a individualidade.

Sobre a utilização de satélites para o programa de educação, existe um grupo de nível interministerial que vem estudando o assunto. Examina-se qual a melhor solução para as peculiaridades brasileiras. O grupo já realizou três reuniões informais e vai analisar não só a utilização de satélites mas todas as demais alternativas: vídeo-fitas, gravadores, máquinas de ensinar, televisão, rádio, cinema, etc.

UF da Bahia Já Tem Jornal-Escola

O Departamento de Jornalismo da Escola de Biblioteconomia e Comunicações da Universidade Federal da Bahia criou e pôs em funcionamento um jornal-laboratório, que surgiu da necessidade de dar maior ênfase ao setor prático do ensino jornalístico, com o propósito de melhor preparar os alunos para a vida profissional.

A criação do jornal-laboratório—que vai desde a obtenção da notícia até a preparação dos espelhos de diagramação—foi a única solução encontrada pelos professores, dada a insuficiência de recursos para montar um parque gráfico capaz de imprimir o jornal.

O Reitor Roberto Santos empregou Cr\$ 30 mil na aquisição dos equipamentos básicos para a redação-piloto e o laboratório de fotografia, e mais de 50 alunos, dos dois últimos anos do curso, já

estão colhendo notícias, escrevendo reportagens, tirando fotografias e diagramando o jornal.

Instalado em três salas da Escola de Biblioteconomia e Comunicações, o jornal-laboratório possui 20 máquinas datilográficas, duas pranchas de diagramação, quadros-negros para amostragem, telefone e um laboratório de fotografia com moderna aparelhagem e mais bem instalado que os laboratórios dos jornais locais.

Os alunos do 5.º ao 8.º semestre participam obrigatoriamente das atividades do jornal, integrados num sistema de rodízio, elaborando reportagens, fazendo fotos e diagramação. Os professores das matérias técnicas acompanham de perto o trabalho dos alunos desde a coleta da notícia até a feição gráfica do jornal.

Reforma Universitária: Brasil no Caminho Certo

Ao regressar de uma viagem à Alemanha e Itália, onde fez observações sobre os métodos de ensino e firmou contratos para financiamento de novos equipamentos, o Reitor Miguel Reale, da Universidade de São Paulo, afirmou que o Brasil está no caminho certo, pois o que se executa aqui em matéria de reforma universitária corresponde, em essência, às soluções aplicadas pelas mais modernas universidades européias, como as de Bochum e Constanza.

O Prof. Miguel Reale, que participou de congressos internacionais jurídicos e manteve contatos com juristas de renome, para que venham proferir conferências e cursos em São Paulo, informou haver solicitado, esperando receber em breve, trabalhos, estudos, plantas e soluções para residências estudantis e instalações educacionais. Estudou, também, processos de ensino por meio de equipamentos eletrônicos, os quais serão, paulatinamente, introduzidos na Universidade de São Paulo.

UF de Pernambuco Agrega Escola de Serviço Social

A Escola de Serviço Social de Pernambuco, que estava ameaçada de encerrar suas atividades acadêmicas por falta de condições de funcionamento, foi agregada à Universidade Federal de Pernambuco, tendo passado, mediante convênio, a funcionar como Departamento de seu Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

A Escola de Serviço Social conta 122 alunos. Fundada a 6 de maio de 1940, sob a forma de sociedade civil de fins não lucrativos, vinha lutando desde 1966 para integrar-se na Universidade Federal.

Aspectos Internacionais da Educação

Ano Internacional da Educação

Em artigo publicado nas "Informações UNESCO", o Sr. Malcolm S. Adiseshiah, Diretor-geral Adjunto da instituição, após lembrar a importância da educação para o desenvolvimento, aponta a necessidade de pesquisas sobre educação em geral, analisa a questão da qualidade da educação e adverte, por exemplo, que a educação não deve ser considerada como remédio para todos os males, pois não é "uma simples vara de condão que basta brandir para reconduzir os alunos à disciplina, recolocar a ciência em seu exato lugar na sociedade industrial e pôr termo à escassez de mão-de-obra qualificada."

Ressalta êle, também, que a ação nacional deve ficar em primeiro plano. Como organização intergovernamental, a UNESCO pode estimular, incentivar e coordenar; atuando como catalisador; e o ano Internacional da Educação só terá efeitos concretos na medida dos resultados conseguidos pelas iniciativas nacionais dos diferentes países.

EDUCAÇÃO PERMANENTE—Os doze campos de ação previstos para o Ano Internacional da Educação—escreve o Sr. Adiseshiah—cobrem praticamente todos os grandes problemas que os educadores de hoje têm pela frente. Mas um deles parece de importância primordial, não só porque pode englobar os demais, como também porque implica uma transformação radical do conceito geral da educação. Trata-se da educação permanente.

Em certo sentido a idéia não é nova: sempre houve homens

que, impelidos por uma sêde de saber e de compreender, progrediram intelectual e moralmente durante a vida inteira. Mas aos poucos se foi admitindo que isso deveria ser geral, em vez de restringir-se a uma elite. Considerada dêsse ângulo, a educação não é uma atividade que começa aos cinco ou seis anos para prosseguir até o cumprimento dos ritos tribais que os exames e a colação de grau constituem, e sim um processo contínuo que dura tanto quanto a própria vida. A educação não é a via de acesso à sociedade, ela está no centro da sociedade; não é uma *preparação para a vida, mas uma parte da vida*.

Se quisermos que o homem nunca pare de instruir-se, de melhorar sua formação e sua competência profissional, de desenvolver seus recursos intelectuais, afetivos e morais, e de enriquecer sua contribuição para as relações humanas e para a vida coletiva, e se quisermos que a sociedade lhe forneça meios suficientes para êsse fim, é preciso transformar radicalmente a concepção e as práticas da educação. À medida que se toma consciência da necessidade da educação permanente, torna-se manifestamente impossível conservar os sistemas de ensino tradicionais. É preciso reexaminar a educação oferecida hoje, a começar pela ministrada às crianças e aos adolescentes, e reorientá-la completamente, tanto em seu conteúdo quanto em seus métodos.

Sob êsse prisma, o papel da escola está profundamente modificado, cabendo-lhe em primeiro lugar contribuir tão eficazmente quanto possível para a educação *real*. Por outras palavras: em vez de ser essencialmente um processo de aquisição de conhecimentos, a educação fundamental deveria tornar-se uma espécie de prelúdio. Em síntese: deveria ensinar a aprender.

Não tentarei examinar as múltiplas incidências e conseqüências, dêsse conceito revolucionário. Aliás, muitas delas ainda não aparecem em tôda a sua amplitude, porque a reflexão sôbre êste assunto se encontra ainda em fase preliminar. O que queremos, o que ardentemente esperamos conseguir, é lançar um movimento de pesquisa intelectual que se estenda até muito além do Ano Internacional da Educação, para levar em definitivo a uma transformação profunda da educação em todos os países.

Bolsas de Estudo só para os Pobres

O Presidente Richard Nixon propôs ao Congresso dos Estados Unidos que as bolsas e empréstimos federais sejam reservados

para estudantes universitários de famílias pobres, devendo os estudantes de rendimentos médios e elevados recorrer aos bancos e outros financiadores privados.

Na mensagem sôbre ensino superior foram sugeridas várias providências destinadas a tornar os empréstimos privados mais fáceis de obter do que vêm sendo nestes últimos anos, de dinheiro difícil e juros altos. A mais importante delas se refere à criação de uma Associação Nacional de Empréstimos a Estudantes, destinada a servir de mercado secundário para êsses empréstimos, mediante redescoberto pelos bancos privados. Como a Associação deverá ser financiada sobretudo com contribuições particulares, o Presidente Nixon entende que "isso proporcionaria maiores recursos para empréstimos a estudantes, sem custo adicional para o Governo".

O Presidente Nixon propôs dois outros programas. O primeiro deverá ficar a cargo de uma Fundação Nacional de Ensino Superior, nos moldes da Fundação Nacional da Ciência, que disporá de 200 milhões de dólares no próximo exercício para promover "excelência e experimentação" no ensino superior, reforçando o orçamento da educação.

O outro é o "programa de desenvolvimento de carreiras", que no próximo exercício disporá de 100 milhões de dólares para os "colleges" de dois anos. Por várias vezes no ano anterior o Governo se declarou disposto a ajudar êsses estabelecimentos, cujo número de matrículas está subindo vertiginosamente, entendendo a Casa Branca que seu papel é da maior importância no tocante ao ensino profissional.

A Universidade na Colômbia e no Peru

Reproduzimos aqui trechos de artigo publicado em dezembro de 1969 pela revista *Istmo*, do México, e referente à Universidade na Colômbia e no Peru.

Para uma população de 20 milhões, a Colômbia conta atualmente 38 universidades. Em 1968, somente sete delas tinham mais de 2.000 alunos. Aos problemas tradicionais do ensino superior

latino-americano, soma-se, na Colômbia, o de uma extraordinária proliferação de universidades. Essa situação, contrária aos interesses do País, tem repercussões sobre a Universidade colombiana em geral. A primeira é a falta de professores competentes; a segunda, não menos importante, é a pouca continuidade dos programas de bom número de universidades; por exemplo: de 1964 a 1969 a Faculdade de Arquitetura da Universidade Javeriana, de Bogotá, teve sete programas diferentes.

No fim de janeiro de 1969 reuniram-se em La Ceja, Antioquia, os reitores e alunos das universidades colombianas, para discutirem principalmente: a proliferação das universidades, a pulverização dos recursos, a insuficiência dos orçamentos, o envelhecimento dos programas, etc. Dois pontos merecem relevo no relatório da reunião: 1) a crise da Universidade reflete uma crise profunda na estrutura econômica e política do País; 2) em consequência, a solução não deve ser buscada na universidade, mas fora dela.

O representante da Universidade Nacional, de Bogotá, afirmou: "A Universidade torna-se uma barreira suplementar ao acesso das novas gerações à cultura. A imensa maioria do pessoal docente é composta de simples profissionais sem formação pedagógica superior."

O Ministro da Educação—cuja opinião coincidia com a dos representantes dos estudantes—expôs os principais problemas do ensino superior na Colômbia: desenvolvimento quantitativo insuficiente de certos estudos; baixo nível de formação pedagógica do corpo docente; ineficácia dos métodos de ensino; insuficiência de laboratórios, bibliotecas e outros recursos didáticos; reduzido número de professores em tempo integral; caráter defeituoso do controle dos conhecimentos; e inexistência de mecanismo legal ou institucional que permita falar num verdadeiro sistema nacional de ensino superior.

No Peru, o Decreto-lei n.º 17.437, de 18-3-1969, reorganizou a universidade, e para interpretá-lo corretamente é necessário levar em conta o rápido crescimento do número de alunos: em 1960 o Peru tinha oito universidades, com 30.000 alunos; atualmente são 36 universidades—23 públicas e 13 particulares—com 90.000 alunos. Não deve pois causar surpresa o fato de que desde 1967

mais de 25 por cento do orçamento nacional se destinem ao ensino.

A nova lei universitária foi elaborada com objetivos precisos: a despolitização, a ordem, o planejamento e o propósito de não reduzir, na medida do possível, os investimentos que o ensino superior pressupõe. Todo o poder universitário cabe ao Conselho Executivo da Universidade, formado pelo reitor, pelo vice-reitor e pelos diretores dos departamentos, que substituíram as antigas faculdades. Em conjunto, a autonomia fundamental das universidades foi respeitada, se bem que os centros universitários já não gozem de extraterritorialidade em caso de perturbação da ordem pública, mas a cogestão da Universidade foi fortemente reduzida. Os estudantes só se farão representar nas assembleias gerais de cada universidade, que se reúnem duas vezes por ano para aprovar o programa de funcionamento e o plano de desenvolvimento da universidade e para proceder a uma avaliação de suas atividades; e a representação passou de um terço para um quarto do total da assembleia.

Professores e alunos podem ser expulsos da universidade nos seguintes casos: a) conduta imoral; b) condenação judicial a pena de prisão; c) falta grave; d) exercício de qualquer tipo ou forma de ativismo ou de proselitismo político-partidário no recinto da universidade. A fim de evitar que os partidos políticos influam sobre as atividades universitárias, outro dispositivo prevê a criação de um Conselho Nacional, que, integrado por reitores e professores, tem a seu cargo o controle de todas as atividades universitárias e a administração do Fundo Nacional da Universidade.

O ensino nas universidades públicas deixará de ser gratuito, concedendo-se bolsas apenas a quem delas necessite.

A princípio acolhida com satisfação, por motivo do esforço do Governo para pôr fim à crise universitária, a lei não tardou a ser criticada, sobretudo porque, embora tenham sido adotadas recomendações dos reitores, os professores e alunos não foram consultados. Além disso, a estrutura hierárquica rígida assim conferida à Universidade constitui um obstáculo às mudanças possíveis, e muitos consideram irrealista o objetivo de despolitização da universidade peruana, porque assim se vai de encontro a uma tradição latino-americana.

Atas Oficiais

Dec.-lei n.º 1.127, de 12-10-70—Autoriza a instituição de regime especial de trabalho e de retribuição para servidores civis do Poder Executivo destacados para o desempenho de atividades compreendidas na primeira etapa do Programa de Integração Nacional (D.O. de 13-10-70).

Dec. n.º 67.350, de 6-10-70—Dispõe sobre a implantação de Centros Regionais de Pós-Graduação (D.O. de 7-10-70).

Dec. n.º 67.372, de 12-10-70—Institui e disciplina a aplicação de regime especial de trabalho para o desempenho de atividades compreendidas na primeira etapa do Programa de Integração Nacional (D.O. de 13-10-70).

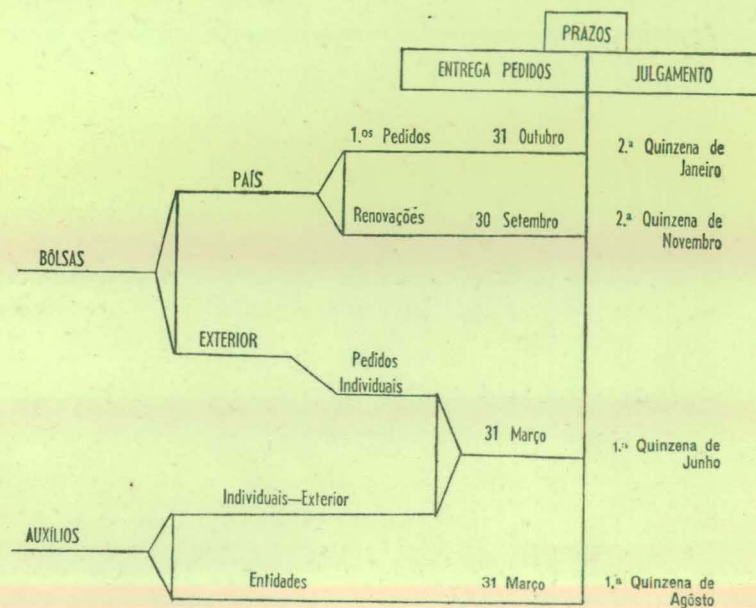
Dec. n.º 67.380, de 14-10-70—Altera os valores das taxas e anuidades a serem cobradas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (D.O. de 15-10-70).

Dec. n.º 67.383, de 15-10-70—Concede reconhecimento à Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, MT (D.O. de 16-10-70).

Dec. n.º 67.410, de 19-10-70—Concede reconhecimento aos Cursos de Licenciatura (1.º ciclo) em Estudos Sociais, Letras e Ciências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, RS (D.O. de 20-10-70).

Dec. n.º 67.448, de 29-10-70—Autoriza o funcionamento dos Cursos de Licenciatura de Matemática, de Física e de Química do Instituto de Tecnologia de Governador Valadares, MG (D.O. de 3-11-70).

Cronograma Pedidos de Bolsas e Auxílios



VALORES ATUAIS

a) Bolsas de Estudo no País

Nível A. aperfeiçoamento, qualificação técnica e estágio sem visar à obtenção dos títulos de Mestre ou de Doutor:
Cr\$ 500,00(*)—Cr\$ 650,00 (**).

Nível B. pós-graduação I, *sensu stricto*, durante o primeiro ano: Cr\$ 750,00 (*)
—Cr\$ 900,00 (**).

Nível C. pós-graduação II, *sensu stricto*, a partir do segundo ano: Cr\$ 900,00 (*)
—Cr\$ 1.100,00 (**).

(*)—candidato residente na mesma área de localização do Centro de Treinamento.

(**)—candidato residente fora da área de localização do Centro de Treinamento.

b) Bolsas de Estudo no Exterior.

Mensalidade—bolsista solteiro, US\$ 225,00
bolsista casado, US\$ 375,00

Taxas Escolares—quando devidamente comprovadas e essenciais ao cumprimento do programa.

c) Auxílio Individual—passagem de ida e/ou volta do bolsista entre o local de sua moradia e o da realização do curso ou estágio.

IMPORTANTE

1—Após o julgamento e aprovação do pedido da bolsa não haverá reajuste nas mensalidades por motivo de casamento.

2—Só serão concedidas bolsas e auxílios para cursos e estágios de, no mínimo, 4 meses, no País, e de 6 meses, no Exterior, e no máximo 12 meses. Nos casos de cursos de Mestrado ou de Doutorado, a bolsa poderá ser renovada dependendo, entretanto, das informações do orientador do bolsista sobre seu aproveitamento.

NOTA—A matéria deste Boletim poderá ser republicada no total ou em parte, ou refundida, desde que mantido seu espírito.

Composto e impresso no
Setor de Artes Gráficas da
Escola Técnica Federal
"Celso Suckow da Fonseca"
Rio — 1970